

TERMO DE REFERÊNCIA**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE VIATURAS ADAPTADAS PARA USO POLICIAL**, destinadas ao atendimento das demandas operacionais da Guarda Municipal de Belém, em execução a Emenda Parlamentar nº 202543450001 e Plano de Ação nº 09032025, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, em aderência ao Estudo Técnico Preliminar aprovado.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Veículo tipo utilitário esportivo (SUV) compacto, flex, viatura policial, com cela tipo 3. grafismo, sinalizador acústico e visual, demais especificações conforme anexo	622145	UND	2	R\$	R\$
2	Veículo tipo SEDAN, flex, viatura policial, sem cela, grafismo, sinalizador acústico e visual, demais especificações conforme anexo.	471063	UND	1	R\$	R\$
					Total	R\$

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto não se enquadra como bem de luxo, nos termos do Decreto nº 10.818/2021 e do Decreto Municipal nº 107.809/2023.

1.4. O prazo de vigência dos contratos está condicionado à vigência dos convênios, emendas parlamentares e outros, sendo a vigência prevista até um mês antes do término do instrumento pactuado, e na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021 e se havendo necessidade, poderá ser prorrogado conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

1.4.1. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5. Havendo divergência entre a especificação constante no Termo de Referência e a especificação contida no Sistema Comprasnet (CATMAT), prevalecerá a especificação do Termo de Referência.

1.6. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 Aquisição de viaturas adaptadas para uso policial, visando à renovação e ampliação parcial da frota operacional da Guarda Municipal de Belém – GMB, em atendimento às ações de prevenção à violência e à

criminalidade, no âmbito da execução da Emenda Parlamentar nº 43450001/2025, de autoria do Deputado Federal Delegado Caveira.

A Guarda Municipal de Belém exerce atividades de caráter preventivo e ostensivo em todo o território do Município de Belém, atuando de forma permanente nos 78 bairros, por meio de patrulhamento motorizado, rondas comunitárias e escolares, policiamento em prédios públicos municipais, áreas ambientais, praças, eventos institucionais e apoio a operações integradas com órgãos de segurança pública estaduais e federais.

As ações da GMB são realizadas de forma contínua, com viaturas operando em regime diário e ininterrupto, circunstância que impõe elevado desgaste à frota atualmente disponível. Parte significativa dos veículos em uso apresenta tempo prolongado de utilização, elevado índice de manutenção corretiva e limitações operacionais que comprometem a eficiência do serviço prestado, a segurança dos agentes e a adequada resposta às demandas da população.

A aquisição das viaturas ora pretendidas mostra-se necessária para mitigar o déficit operacional existente, ainda que de forma parcial, proporcionando melhores condições de mobilidade, redução do tempo de resposta, maior presença ostensiva e incremento da capacidade de atuação preventiva da Guarda Municipal. Veículos adequadamente adaptados ao uso policial contribuem, ainda, para a preservação da integridade física dos agentes e para a execução segura do transporte de pessoas custodiadas, quando necessário.

A contratação está diretamente vinculada à execução da Emenda Parlamentar nº 43450001/2025, cujo objeto consiste no fortalecimento das ações de prevenção à violência e à criminalidade. No plano de trabalho aprovado, encontra-se prevista a aquisição de três viaturas policiais, as quais se destinam especificamente ao reforço do patrulhamento preventivo e ostensivo, com ênfase nas ações desenvolvidas no ambiente escolar e em áreas de maior vulnerabilidade social.

Ressalta-se que a presente contratação não tem por finalidade suprir integralmente a necessidade de renovação da frota da GMB, mas sim promover a ampliação e a modernização parcial do parque veicular, de forma planejada e compatível com os recursos disponíveis, contribuindo para a continuidade e a melhoria dos serviços de segurança pública municipal.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução adotada consiste na aquisição de viaturas novas, prontas para uso, devidamente adaptadas para atividades de policiamento preventivo e ostensivo, incluindo sinalização acústica e visual, grafismo institucional e demais adequações necessárias.

3.2. Tal solução foi considerada a mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e econômico, conforme análise comparativa realizada no ETP, mostrando-se superior a alternativas como locação ou reaproveitamento de veículos antigos.

3.3. As especificações técnicas detalhadas constam do Anexo I, observando-se o uso de parâmetros usuais de mercado, sem indicação de marcas ou modelos específicos.

3.4. A contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de aquisição de bem comum, cujas especificações podem ser objetivamente definidas no Termo de Referência, permitindo julgamento pelo critério de menor preço.

3.5. A opção pelo Pregão Eletrônico mostra-se a mais adequada ao objeto, assegurando maior competitividade, transparência, economicidade e celeridade ao procedimento, atendendo ao interesse público e às necessidades operacionais da Guarda Municipal de Belém

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Sustentabilidade

4.1.1 A contratação observará critérios de sustentabilidade ambiental compatíveis com o objeto, em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e a legislação ambiental vigente.

4.1.2 Os veículos deverão atender aos limites máximos de emissão de poluentes e de ruídos estabelecidos pelo Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE e pelas Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA aplicáveis, bem como às normas do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO.

4.1.3 Deverão ser utilizados materiais que não contenham substâncias perigosas em concentrações superiores às recomendadas pela Diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio, chumbo, cromo hexavalente, cádmio, bifenilpolibromados e éteres difenil-polibromados.

4.1.4 As embalagens, resíduos e eventuais materiais substituídos deverão ter destinação ambientalmente adequada, observando-se, quando aplicável, os procedimentos de logística reversa previstos na Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

4.2 Indicação de marcas ou modelos

4.2.1 Não haverá indicação de marcas ou modelos específicos, sendo admitidos todos os veículos que atendam integralmente às especificações técnicas deste Termo de Referência e de seus anexos

4.3 Da exigência de amostra

4.3.1 Não será exigida apresentação de amostra, devendo o licitante apresentar catálogo ou documentação técnica idônea, em língua portuguesa, que comprove as especificações ofertadas.

4.4 Subcontratação

4.4.1 É vedada a subcontratação da parcela principal do objeto.

4.5. Garantia da contratação

4.5.1 Não será exigida garantia contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, conforme análise constante do ETP.

4.6 Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.6.1 Com fulcro no Art. 49, inciso II, que trata do prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto, e inciso III sobre o objeto não divisível da Lei Complementar nº 123/2006, justifica-se a não aplicação da reserva de cotas, devendo a licitação ocorrer em lote único de ampla concorrência, visando garantir a padronização e a seleção da proposta mais vantajosa.

4.6.2 Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Condições de Entrega

5.1.1 O prazo de entrega será de até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única.

5.1.2 Os veículos deverão ser entregues na sede da Guarda Municipal de Belém, situada na Av. Duque de Caxias, nº 394, Bairro Marco, Belém/PA, em horário comercial.

5.1.3 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15(quinze) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2. Garantia, manutenção e assistência técnica

5.2.1 Os veículos deverão possuir garantia mínima de fábrica de 3 (três) anos, ou superior, se ofertada pelo fabricante, abrangendo manutenção corretiva, substituição de peças e assistência técnica, sem ônus para a Administração.

5.2.2 O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 03 (três) anos, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.2.3 Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.2.4 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.2.5 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.2.6 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.2.7 Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 20 (vinte) dias, já incluído nesse prazo:

5.2.7.1 o tempo necessário para eventual retirada e devolução do bem, a cargo do Contratado.

5.2.8 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.2.9 Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos serviços durante a execução dos reparos.

5.2.10 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.2.11 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.2.12 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por fiscais designados, observando-se as atribuições de fiscalização técnica e administrativa, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e regulamentação municipal.

6.3 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias, mediante simples apostila.

6.4 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.5 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.6 Fiscalização

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.6.1 Fiscalização Técnica

6.6.1.1 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.6.1.2 O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.6.1.3 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.6.1.4 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.6.1.5 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.6.1.6 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.6.2. Fiscalização Administrativa

6.6.2.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.6.2.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.6.2.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.6.3. Gestor do Contrato

6.6.3.1 Cabe ao gestor do contrato:

6.6.3.1.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem

de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.6.3.1.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.6.3.1.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.6.3.1.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.6.3.1.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso

6.6.3.1.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.6.3.1.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVA

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante que, com dolo ou culpa

7.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame; a multa será de 0,5% a 15% do valor do Contrato licitado;

7.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial, quando a multa será de 0,5% a 15% do valor do Contrato licitado:

- a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) Deixar de apresentar amostra;
- e) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações deste Termo de Referência;

7.1.3. Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; a multa será de 0,5% a 15% do valor do Contrato licitado;

7.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o Contrato ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

7.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação; a multa será de 15% a 30% do valor do Contrato licitado;

7.1.6. Fraudar a licitação; a multa será de 15% a 30% do valor do Contrato licitado;

7.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial, quando a multa será de 15% a 30% do valor do Contrato licitado:

- a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

7.1.8 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13;

7.2. Com fulcro na Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao(s) licitante(s) e/ou adjudicatário(s) as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar; e
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

7.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública; e) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

7.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do Contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial;

7.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa;

7.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

7.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 7.1.1, 7.1.2 e 7.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

7.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 7.1.5, 7.1.6, 7.1.7, 7.1.8 e 7.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 7.1.1, 7.1.2 e 7.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato, ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita nos itens 7.1.3 e 7.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73/2022.

7.17 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15

(quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir

7.18 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

7.19 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento

7.20 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente

7.21 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados;

7.22 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.24 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.24.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.24.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.24.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.24.4 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.24.5 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.24.6 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.24.7 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.24.8 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.24.9 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.24.10 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.24.11 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.24.12 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante; e
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.24.13. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.24.14. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.24.15. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.24.16. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.24.17. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.24.18. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1 Do Recebimento

8.1.1 os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do

contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.1.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.1.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 60(sessenta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.1.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.1.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.6 O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.1.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.1.8 As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

8.2 Liquidação

8.2.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.2.2 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.3 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) a data da emissão;
- b) os dados do contrato e do órgão contratante;
- c) o período respectivo de execução do contrato;
- d) o valor a pagar; e
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.2.5 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.3. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.3.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.3.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.3.3 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.3.4 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.3.5 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.3.6 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.4 Prazo de pagamento

8.4.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias subsequentes ao fornecimento, mediante a apresentação da Fatura (Nota Fiscal) devidamente atestada e visada pelo setor competente, após conferência das quantidades e da qualidade do mesmo.

8.4.2 O preço ajustado será total, fixo e definitivo, expresso em moeda corrente do país.

8.5 Forma de pagamento

8.5.1 O pagamento será creditado em favor da CONTRATADA, por meio de ordem bancária junto à agência bancária indicada na declaração fornecida pelo licitante, contados do recebimento definitivo dos equipamentos e mediante a apresentação dos documentos fiscais legalmente exigíveis e devidamente atestados pelo servidor/Comissão de Recebimento.

8.5.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.5.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.5.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.5.5 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.5.6 Será procedida consulta "On-Line" junto ao SICAF e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT antes do pagamento, para verificação das condições exigidas na contratação, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio. Caso fique constatado o vencimento das guias de recolhimento do FGTS e da Previdência Social, a CONTRATADA deverá apresentar, no prazo constante da solicitação feita pela Administração a sua regularização.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

9.2. A proponente deverá na ocasião da apresentação da proposta:

9.2.1. Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, a proposta com o preço, indicando o valor unitário e total de cada item e o valor total da proposta que a proponente se propõe a fornecer, em algarismo e por extenso, já incluídas, todas e quaisquer despesas tais como frete, taxas e impostos, as despesas com transportes, primeiro licenciamento junto ao DETRAN/PA, deslocamentos e entrega do veículo, inclusive o desembaraço alfandegário, dentre outras, observadas as isenções previstas na legislação, com cotações em moeda corrente nacional.

9.2.2. Encerrada a etapa de envio de lances e negociação da sessão pública da sessão pública da sessão pública, o licitante provisoriamente classificado, deverá apresentar proposta de preços e documentações de forma clara e detalhada, citando especificação, fabricante, país de procedência e outras características que permitam identificá-los, anexando-se, inclusive, quando possível, prospectos em Português, sem referência às expressões “similar”, de acordo com os requisitos indicados neste Termo de Referência;

9.2.3. Indicar na proposta que os preços unitários dos objetos ofertados na licitação serão fixos e irrevogáveis;

9.2.4. Indicar o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 120 (cento e vinte) dias contados da data de sua apresentação;

9.2.5. Apresentar na proposta garantia/validade dos objetos, não podendo ser menor que 12 (doze) meses;

9.2.6. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

9.2.6-A. garantia prevista para o item diz respeito a solução de problemas no que tange as embalagens, objetos avariados, bem como todo e qualquer defeito de fabricação apresentado e terá início a partir da data de recebimento definitivo, se ônus adicional para a GMB/PMB.

9.2.7. Qualquer opção oferecida pela licitante, que não atenda as especificações contidas neste Termo de referência, não será levada em consideração durante o julgamento;

9.3. Forma de fornecimento

9.3.1. O fornecimento do objeto será integral.

10 Exigências de habilitação

10.1. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

11. Habilitação jurídica.

11.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

11.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência,

sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

11.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

11.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12. Habilitação fiscal, social e trabalhista

12.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

12.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

12.3. Certidão Negativa ou positiva com efeito de negativa de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.6. Certidão Negativa ou positiva com efeito de negativa de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.8. Certidão Negativa ou positiva com efeito de negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, instituída pela Lei Federal nº 12.440/11, podendo ser retirada através do site: www.tst.jus.br/certidão, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho do licitante/fornecedor, quando não houver indicação no SICAF.

12.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

12.10. Certidão Negativa de Infrações Trabalhistas – CNIT, decorrentes de autuações, instituída pela Lei Municipal nº 9.209-A/16, por uso ilegal de mão-de-obra infantil, assim como toda sua cadeia de fornecedores, para comprovar não terem sido autuadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego e outro órgão responsável.

12.11. As certidões previstas nos 12.1 a 12.10 serão apresentadas na fase de habilitação, durante o certame, e antes do pagamento, após o recebimento do bem.

13. Qualificação Econômico-Financeira

13.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

13.2. Certidão Negativa ou positiva com efeito de negativa de Falência ou Concordata, Recuperações Judiciais e Extrajudiciais expedida pelo distribuidor da sede jurídica da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias quando não houver prazo de validade expresso no documento.;

13.3. Caso haja alguma Ação Judicial distribuída relativa a Recuperação Judicial ou Extrajudicial, deverá ser apresentada certidão circunstanciada do processo, comprobatória da aptidão da licitante para participação em licitação, sob pena de inabilitação.

13.4. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

13.5. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

13.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

13.6.1. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

13.6.2. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped;

13.6.3. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo até 10% do valor total estimado da contratação, aplicando as seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

13.7. Com relação ao Balanço Patrimonial deverá, ainda, a licitante observar o seguinte:

13.7.1. As empresas obrigadas ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) devem apresentar suas demonstrações contábeis por esse sistema, acompanhada do Recibo de Entrega à Secretaria da Receita Federal

13.7.2. Empresas OPTANTES pelo regime de tributação do Simples Nacional devem apresentar o Comprovante da Opção, obtido através do site da Secretaria da Receita Federal, <http://www.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional>

13.7.3. Empresas criadas no exercício financeiro da licitação poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, registrado na Junta Comercial ou órgão equivalente

13.7.4. Empresas constituídas há menos de 02 (dois) anos do exercício da licitação deverão apresentar o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e demais Demonstrações contábeis do último exercício social registrado na Junta Comercial ou órgão equivalente

13.7.5. As sociedades regidas pela Lei Federal nº 6.404/76 (sociedades anônimas), deverão apresentar o Balanço Patrimonial em conformidade com a referida Lei, e, estando sujeitas à Escrituração Digital Eletrônica (ECD), também ficarão sujeitas à apresentação das informações extraídas do SPED Contábil

13.7.5.1 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

14. Qualificação Técnica

14.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido (s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

14.2. A comprovação de capacidade técnica.

14.3. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

14.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

14.5. Os documentos relacionados acima deverão estar emitidos em papéis timbrados dos Órgãos ou Empresas que as expediram.

14.6. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

14.7. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do Contrato ou da Ata de Registro de Preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto Federal nº 8.660/2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

14.8. Quando a proposta de preços e as declarações exigidas neste Edital forem assinadas por um preposto da empresa que não seja seu sócio administrador ou proprietário, o licitante também deverá enviar exclusivamente através do sistema Comprasnet, instrumento público ou particular de procuração ou documento equivalente, com firma reconhecida, com poderes especiais para responder, formular ofertas e lances de preços, recorrer e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente.

14.9. A NÃO apresentação dos documentos acima referenciados nos prazos estabelecidos implicará na inabilitação do licitante.

14.10. O documento de confirmação no SICAF será anexado pelo Pregoeiro, à documentação original ou cópias autenticadas do licitante com proposta aceita no sistema Comprasnet.

14.11. Os documentos mencionados neste capítulo deverão referir-se exclusivamente ao estabelecimento da licitante, vigentes à época da abertura da licitação, podendo ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas, ou por cópias não autenticadas, desde que sejam exibidos os originais para a conferência pelo Pregoeiro, ou por publicação em órgão de imprensa oficial. A verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

14.12. Os documentos encaminhados para habilitação deverão estar em nome do licitante, e, preferencialmente, com número do CNPJ e o respectivo endereço.

14.13. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz

14.14. Todos os documentos de habilitação emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por tradutor juramentado e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

14.15. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

14.16. Os documentos relacionados à HABILITAÇÃO exigidos neste Edital deverão ser inseridos pelo licitante no SICAF.

14.17. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

14.17.1. a relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

14.17.2. a declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

14.17.3. a comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

14.17.4. o registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

14.17.5. comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

14.17.6. os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
Ata de fundação:

- a) Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- b) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- c) Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- d) Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- e) Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

14.18. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

15. Disposições gerais sobre habilitação

15.1. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

15.2. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

15.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

15.4. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica,

e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

15.5. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

16. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

16.1. A estimativa de custo apresentada no valor total de **R\$ xxxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx)**.

16.2. A estimativa de custo para a aquisição do objeto foi realizada com ampla consulta/pesquisa no mercado do valor dos itens a serem licitados, e foi elaborada, com base nas normativas vigentes, a fim de permitir a indicação dos recursos a serem futuramente contemplados, para as aquisições decorrentes da contratação.

17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Guarda Municipal de Belém.

1.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 2.01.35

II) Fonte de Recursos: 2706000000

III) Projeto Atividade: 2400

IV) Elemento de Despesa: 449052.

18. DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do Termo de Referência, deverão ser solicitadas por e-mail informado no edital.

Belém, 15 de abril de 2026

Atualizado em 15.05.2026, por:



José **Valter** do Couto Ribeiro **Junior**
Equipe de Planejamento da Contratação/GMB
Portaria nº0579/2025 de 20/10/2025

Aprovo o Termo de Referência

Inspetor Geral ESAÚ DA CUNHA ARAÚJO
Secretário da Guarda Municipal de Belém
Decreto no 113.742 – PMB, de 25 de junho de 2025

ANEXO I

DESCRIPTIVO/ ESPECIFICAÇÃO

VEÍCULO TIPO UTILITÁRIO ESPORTIVO (SUV) COMPACTO, FLEX, VIATURA POLICIAL, COM CELA TIPO 3, GRAFISMO, SINALIZADOR ACÚSTICO E VISUAL, com as seguintes especificações mínimas:

- Fabricação nacional ou Mercosul;
- Veículo novo, "zero quilômetro";
- Cor BRANCA
- Ano/modelo da licitação;
- Capacidade para transportar 05 (cinco) pessoas, incluindo o motorista; -04 (quatro) portas laterais e uma tampa traseira;
- Cilindrada mínima do motor: 1.0 Turbo;
- Potência mínima de 120 cv;
- Combustível: Etanol / Gasolina;
- Torque mínimo 16,3 Kgfm;
- Porta-malas com 400 litros;
- Câmbio manual com no mínimo 05 (cinco) marchas ou mais, sincronizadas à frente e 01(uma) à ré ou câmbio automático;
- Carroceria monobloco ou em aço montada e fixada sobre chassi original de fábrica;
- Faróis de neblina;
- Tanque de combustível com capacidade mínima de 45 (quarenta e cinco) litros;
- Rodas de aço aro mínimo 16;
- Altura livre de solo mínima de 180 mm;
- Entre-eixos mínimo 2500 mm;
- Ângulos mínimos de entrada e saída de 20 e 23 graus respectivamente;
- Direção elétrica, hidráulica ou eletro-hidráulica original de fábrica;
- Coluna de direção com regulagem de altura;
- Air bag frontal duplo (motorista e passageiro);
- Freio ABS; Luz elevada de freio (Brake-light);
- Ar condicionado de fábrica integrado frio/quente;
- Limpador de para-brisas dianteiro com temporizador e lavador elétrico; -Trava elétrica das portas;
- Vidros com acionamento elétrico nas 4 portas;
- Espelhos retrovisores externos com comandos manuais ou elétricos;
- Alarme antifurto;
- Desembaçador do vidro traseiro;
- Cintos de segurança dianteiros e traseiros laterais de três pontos;
- Bancos dianteiros individuais com regulagem de distância e inclinação do encosto do banco com apoio para cabeça ajustável em altura, integrado ou acoplado ao banco;
- Rádio AM e FM com função MP3 e entrada USB; Jogo de tapetes de borracha;
- Capas removíveis adicionais de revestimento dos bancos em couro sintético lavável (napa ou similar) na cor preta;
- Veículos equipados com todos os itens de série não especificados;
- Os veículos devem estar em conformidade com as normas estabelecidas pelo Programa de Controle de Poluição de Ar por Veículos Automotores - PROCONVE;
- Atender aos preceitos regulamentares dos órgãos oficiais de trânsito, nos aspectos relacionados à iluminação, sinalização e segurança (Código Brasileiro de Trânsito, seu Regulamento e Resoluções);
- Quilometragem livre, em perfeitas condições de uso e de segurança;
- Sinalizador Acústico e Visual;
- Compartimento de cela;
- Grafismo: Adesivado;

REVESTIMENTO SOBRE TODO O PISO (ASSOALHO), resistente com costura dupla, impermeável e lavável, na cor cinza escuro, em material sintético (PVC), preso com velcro no carpete, instalado por baixo das borrachas que envolve o assoalho, cobrindo toda parte da forração original. Velcros costurados e colados na parte superior do revestimento para fixar os tapetes de borracha, possibilitando possível realizar a manutenção com facilidade.

SINALIZADOR ACÚSTICO E VISUAL

1. SINALIZADOR VISUAL PRINCIPAL

1.1 Sinalizador visual constituído por barra sinalizadora em formato de arco ou similar, com módulo único e lente inteiriça, comprimento mínimo de 1.000 mm e máximo de 1.300 mm, largura mínima de 250 mm e máxima de 500 mm, altura mínima de 70 mm e máxima de 150 mm.

1.2 Barra dotada de base em ABS, reforçada com perfil de alumínio extrudado e cúpula injetada em policarbonato na cor rubi, resistente a impactos, descoloração e com tratamento UV.

1.3 Sistema luminoso composto por módulos com no mínimo 4 LED's próprios para iluminação, com potência não inferior 1W cada LED, na cor rubi.

1.4 Dotado de lente colimadora difusora em plástico de engenharia com resistência automotiva e alta visibilidade.

1.5 Conjunto composto por no mínimo 14 módulos distribuídos equitativamente por toda a extensão da barra, de forma a permitir visualização em ângulo de 360 graus, sem pontos cegos de luminosidade, desde que o designe do veículo permita.

1.6 Cada LED deverá obedecer à seguinte especificação:

1.6.1 Cor predominante: vermelho, com comprimento de onda de 618 a 628 nm;

1.6.2 Categoria: AllnGaP;

1.6.3 Intensidade luminosa: não inferior a 55 lm (lumens);

1.6.4 Ângulo de emissão de luz: não inferior a 130°;

2. SINALIZADOR ACÚSTICO

2.1 Sirene eletrônica para veículos especiais com potência de 100 watts e pressão sonora de 115 dB; frequência de 300 a 3000 Hz; 6 sons de sirene, sendo 4 contínuos (Wail, Yelp, Hi-Yelp, Hi-lo) e 2 intermitentes (Manual, Horn); entrada auxiliar para rádio transceptor;

3. MÓDULO CONTROLADOR

3.1 O sistema deverá permitir o acionamento da sinalização mesmo com o veículo desligado e possuir gerenciamento de carga automático, desligando automaticamente o sistema de sinalização audiovisual, se necessário, evitando assim a descarga total da bateria e possíveis falhas no acionamento do motor do veículo.

3.2 Os comandos de toda a sinalização visual e acústica deverão estar localizados no painel do veículo, na cabine do motorista, permitindo sua operação por ambos os ocupantes da cabine.

3.3 O módulo deve possuir no máximo 22 (vinte e dois), e no mínimo 10 (dez) botões para acionamento das funções descritas, com teclado de alta resistência mecânica e sistema de visualização noturna com LED's posicionados sob os botões do equipamento. Deverá possuir luz de fundo na cor branca para função desativada e na cor vermelha para função ativada.

3.4 A intensidade das luzes deverá ser adequada às operações diurnas e noturnas.

3.5 O controlador deverá possuir no mínimo as seguintes funções:

3.5.1 Controle para três padrões de sinalização visual;

3.5.2 Controle para três tipos de sinalização para deslocamento de trânsito (esquerda, direita e centro);

3.5.3 Acionamento sequencial dos padrões de sirene contínuos através de um único botão;

3.5.4 Acionamento individual momentâneo dos padrões de sirene intermitentes (Manual, Horn);

3.5.5 Função "emergência" para acionamento simultâneo da sinalização visual e acústica através de uma única tecla;

3.5.6 Duas saídas digitais 12V para ligação de equipamentos auxiliares com acionamento através de botões dedicados;

3.5.7 Possibilidade de desligamento de todas as funções de sinalização visual e acústica através de uma única tecla.

3.6 Todas as teclas devem possuir “feedback” tátil para facilitar a operação, além de serem identificadas através de gravação em “silkscreen”, com tinta na cor preta adequada para adesão em silicone, e resistente à utilização policial.

3.7 O circuito eletrônico deverá gerenciar a corrente elétrica aplicada nos LEDs, através de PWM (pulse width modulator), a fim de garantir a vida útil dos LEDs e a eficiência luminosa do sinalizador, mesmo que o veículo esteja desligado ou em baixa rotação.

3.8 O sistema deverá ser imune a EMI (eletric magnetic interference) e RFI (radio frequency interference) ou qualquer outra forma de sinal que interfira na recepção dos transceptores.

3.9 O consumo máximo com todo o sistema luminoso acionado, não poderá exceder 7 A/h, na condição de alimentação nominal.

3.10 O consumo em stand by do sistema deverá ser inferior a 1 mA.

3.11 O sistema deverá possuir proteções contra inversão de polaridade, altas variações de tensão e transientes.

COMPARTIMENTO DE CELA

CELA TIPO 3: SUV

1. Compartimento para transporte de detidos adaptado ao compartimento de bagagem, dotado de: iluminação natural, devendo preservar os vidros originais do veículo, protegendo-os internamente com grades em estrutura metálicas e revestimento em chapa de aço perfurada de no mínimo 1,2 mm de espessura, protegendo os vidros LD/LE e Vidro Vigia Originais, divisória do piso ao teto, confeccionada em estrutura metálica, com revestimento na parte inferior em chapa de aço com no mínimo 1,2 mm de espessura e na parte superior em chapa de aço perfurada, estruturada por tubos quadrados com no mínimo 20 mm de lado e 1,2 mm de espessura, resistente a água e impactos (separação do banco traseiro com o bagageiro), revestimento do assoalho e das laterais do compartimento em ABS (plástico Acrilonitrila Butadieno Estireno), a fim de permitir a lavagem e o escoamento de líquido para fora do veículo, através de dois drenos nas extremidades traseiras do compartimento, qualquer acesso que possa existir pelo compartimento de detidos ao sistema de fecho/trinco da porta traseira deve ser devidamente bloqueado e caso existam ferramentas ou acessórios localizados na mala, estes deverão ser reposicionados fora dela. Obs.: Caso o estepe originalmente venha alojado dentro do compartimento do porta-malas, deverá ser analisado de acordo com as características do veículo, se o mesmo deverá ser reposicionado na divisória, com acesso pelas portas laterais traseiras ou se o revestimento do piso deverá ser basculante.

2. O compartimento de detidos deverá ser confeccionado com material de alta resistência mecânica e montado com acabamento entre as chapas de aço, policarbonato, fibras e demais materiais, de forma a não permitir pontas que possam vir a ferir os detidos;

3. A característica do compartimento de detidos deverá atender a legislação específica que versa sobre o assunto.

4. Pintura externa da capota do compartimento de acordo com os padrões da indústria automotiva na cor do veículo original de fábrica;

5. Os veículos deverão possuir sistema de trancamento da tampa traseira individualizado por meio de chave ou acionamento mecânico de forma que permita maior segurança para o compartimento de presos.

6. Deverão ser fornecidos 02 (dois) cadeados novos, cada cadeado com duas chaves, medindo no mínimo 50mm, com haste curta e fabricado em aço.

GRAFISMO E CONJUNTO DE ADESIVOS

1. GRAFISMO PARA VEÍCULOS

1.1 Viaturas serão adesivadas em vinil com o brasão da Guarda Municipal de Belém e nas cores azul marinho e amarelo ouro,

1.2 A inscrição “**GUARDA MUNICIPAL**” das portas laterais deverá ser adesivada em vinil refletivo branco.

1.3 Viaturas serão adesivadas em vinil com o **BRASÃO DA GUARDA MUNICIPAL DE BELÉM** nas cores azul marinho e amarelo ouro no capô e portas laterais e na traseira lado esquerdo;

1.4 no lado esquerdo o **símbolo do telefone com o número 153** e o layout da **Prefeitura Municipal de Belém**;

1.5 Os números das viaturas serão colocados no teto e lateral e vidro traseiro que serão fornecidos no ato da contratação;

1.6 Na parte dianteira(capô) e traseira (porta malas) terá uma **FAIXA QUADRICULADA** (Símbolo de Policiamento);

1.7 Eventuais dúvidas no posicionamento da adesivação das viaturas poderão ser sanadas no ato contratual na aplicação da plotagem.

1.8 Pequenos ajustes poderão ocorrer na adesivação das viaturas, à critério da CONTRATANTE.

2. INSTALAÇÃO DE PELÍCULA de segurança (transparente/incolor) com controle solar, em todos os vidros do veículo, inclusive no pára-brisas. Instalação de películas fume nos vidros laterais e no vidro traseiro (vigia), conforme legislação. A película deve rejeitar 90% (noventa por cento) ou mais da radiação UV e observar a graduação máxima permitida pela Resolução 254/2007-CONTRAN. A aplicação de tais películas, proporcionado aos ocupantes do veículo proteção da radiação UV.

VEÍCULO TIPO SEDAN, FLEX, VIATURA POLICIAL, GRAFISMO, SINALIZADOR ACÚSTICO E VISUAL, SEM CELA Com as seguintes especificações mínimas:

- Fabricação nacional ou Mercosul;
- Veículo novo, "zero quilômetro";
- Cor BRANCA
- Ano/modelo da licitação;
- Capacidade para transportar 05 (cinco) pessoas, incluindo o motorista; -04 (quatro) portas laterais;
- Cilindrada mínima do motor: 1.3;
- Motor Potência mínima de 97 cv e máxima 230 cv;
- Torque: mínimo 13 kgfm (gasolina ou etanol);
- Sistema de alimentação: Injeção eletrônica;
- Sistema de ignição: eletrônica.
- Combustível: FLEX (gasolina, etanol);
- Porta Malas Com capacidade volumétrica não inferior a 400 litros.
- Sistema de Câmbio: 5 (cinco) marchas à frente e uma à ré ou automático;
- Sistema de freio Hidráulico, dianteiro a disco ventilado e traseiro a disco ou tambor;
- Equipado com ABS. Suspensão Conforme linha de produção Direção Elétrica progressiva.
- Rodas e Pneus Conforme linha de produção, no mínimo aro 15
- Ar condicionado de fábrica integrado frio/quente;
- Limpador de para-brisas dianteiro com temporizador e lavador elétrico; -Trava elétrica das portas;
- Vidros com acionamento elétrico nas 4 portas;
- Espelhos retrovisores externos com comandos manuais ou elétricos;
- Alarme antifurto;
- Desembaçador do vidro traseiro;
- Cintos de segurança dianteiros e traseiros laterais de três pontos e central de dois pontos;
- Bancos dianteiros individuais com regulagem de distância e inclinação do encosto do banco com apoio para cabeça ajustável em altura, integrado ou acoplado ao banco;
- Rádio AM e FM com função MP3 e entrada USB; Jogo de tapetes de borracha;
- Capas removíveis adicionais de revestimento dos bancos em couro sintético lavável (napa ou similar) na cor preta;
- Veículos equipados com todos os itens de série não especificados;
- Os veículos devem estar em conformidade com as normas estabelecidas pelo Programa de Controle de Poluição de Ar por Veículos Automotores - PROCONVE;
- Atender aos preceitos regulamentares dos órgãos oficiais de trânsito, nos aspectos relacionados à iluminação, sinalização e segurança (Código Brasileiro de Trânsito, seu Regulamento e Resoluções);
- Quilometragem livre, em perfeitas condições de uso e de segurança;
- Sinalizador Acústico e Visual;

-Grafismo: Adesivado;

REVESTIMENTO SOBRE TODO O PISO (ASSOALHO), resistente com costura dupla, impermeável e lavável, na cor cinza escuro, em material sintético (PVC), preso com velcro no carpete, instalado por baixo das borrachas que envolve o assoalho, cobrindo toda parte da forração original. Velcros costurados e colados na parte superior do revestimento para fixar os tapetes de borracha, possibilitando possível realizar a manutenção com facilidade.

SINALIZADOR ACÚSTICO E VISUAL

1. SINALIZADOR VISUAL PRINCIPAL

1.1 Sinalizador visual constituído por barra sinalizadora em formato de arco ou similar, com módulo único e lente inteiriça, comprimento mínimo de 1.000 mm e máximo de 1.300 mm, largura mínima de 250 mm e máxima de 500 mm, altura mínima de 70 mm e máxima de 150 mm.

1.2 Barra dotada de base em ABS, reforçada com perfil de alumínio extrudado e cúpula injetada em policarbonato na cor rubi, resistente a impactos, descoloração e com tratamento UV.

1.3 Sistema luminoso composto por módulos com no mínimo 4 LED's próprios para iluminação, com potência não inferior 1W cada LED, na cor rubi.

1.4 Dotado de lente colimadora difusora em plástico de engenharia com resistência automotiva e alta visibilidade.

1.5 Conjunto composto por no mínimo 14 módulos distribuídos equitativamente por toda a extensão da barra, de forma a permitir visualização em ângulo de 360 graus, sem pontos cegos de luminosidade, desde que o designe do veículo permita.

1.6 Cada LED deverá obedecer à seguinte especificação:

- 1.6.1 Cor predominante: vermelho, com comprimento de onda de 618 a 628 nm;
- 1.6.2 Categoria: AllnGaP;
- 1.6.3 Intensidade luminosa: não inferior a 55 lm (lumens);
- 1.6.4 Ângulo de emissão de luz: não inferior a 130°;

2. SINALIZADOR ACÚSTICO

2.1 Sirene eletrônica para veículos especiais com potência de 100 watts e pressão sonora de 115 dB; frequência de 300 a 3000 Hz; 6 sons de sirene, sendo 4 contínuos (Wail, Yelp, Hi-Yelp, Hi-lo) e 2 intermitentes (Manual, Horn); entrada auxiliar para rádio transceptor;

3. MÓDULO CONTROLADOR

3.1 O sistema deverá permitir o acionamento da sinalização mesmo com o veículo desligado e possuir gerenciamento de carga automático, desligando automaticamente o sistema de sinalização audiovisual, se necessário, evitando assim a descarga total da bateria e possíveis falhas no acionamento do motor do veículo.

3.2 Os comandos de toda a sinalização visual e acústica deverão estar localizados no painel do veículo, na cabine do motorista, permitindo sua operação por ambos os ocupantes da cabine.

3.3 O módulo deve possuir no máximo 22 (vinte e dois), e no mínimo 10 (dez) botões para acionamento das funções descritas, com teclado de alta resistência mecânica e sistema de visualização noturna com LED's posicionados sob os botões do equipamento. Deverá possuir luz de fundo na cor branca para função desativada e na cor vermelha para função ativada.

3.4 A intensidade das luzes deverá ser adequada às operações diurnas e noturnas.

3.5 O controlador deverá possuir no mínimo as seguintes funções:

- 3.5.1 Controle para três padrões de sinalização visual;
- 3.5.2 Controle para três tipos de sinalização para deslocamento de trânsito (esquerda, direita e centro);
- 3.5.3 Acionamento sequencial dos padrões de sirene contínuos através de um único botão;

3.5.4 Acionamento individual momentâneo dos padrões de sirene intermitentes (Manual, Horn);

3.5.5 Função “emergência” para acionamento simultâneo da sinalização visual e acústica através de uma única tecla;

3.5.6 Duas saídas digitais 12V para ligação de equipamentos auxiliares com acionamento através de botões dedicados;

3.5.7 Possibilidade de desligamento de todas as funções de sinalização visual e acústica através de uma única tecla.

3.6 Todas as teclas devem possuir “feedback” tátil para facilitar a operação, além de serem identificadas através de gravação em “silkscreen”, com tinta na cor preta adequada para adesão em silicone, e resistente à utilização policial.

3.7 O circuito eletrônico deverá gerenciar a corrente elétrica aplicada nos LEDs, através de PWM (pulse width modulator), a fim de garantir a vida útil dos LEDs e a eficiência luminosa do sinalizador, mesmo que o veículo esteja desligado ou em baixa rotação.

3.8 O sistema deverá ser imune a EMI (electric magnetic interference) e RFI (radio frequency interference) ou qualquer outra forma de sinal que interfira na recepção dos transceptores.

3.9 O consumo máximo com todo o sistema luminoso acionado, não poderá exceder 7 A/h, na condição de alimentação nominal.

3.10 O consumo em stand by do sistema deverá ser inferior a 1 mA.

3.11 O sistema deverá possuir proteções contra inversão de polaridade, altas variações de tensão e transientes.

GRAFISMO E CONJUNTO DE ADESIVOS

1. GRAFISMO PARA VEÍCULOS

1.1 Viaturas serão adesivadas em vinil com o brasão da Guarda Municipal de Belém e nas cores azul marinho e amarelo ouro;

1.2 A inscrição “**GUARDA MUNICIPAL**” das portas laterais deverá ser adesivada em vinil refletivo branco;

1.3 Viaturas serão adesivadas em vinil com o **BRASÃO DA GUARDA MUNICIPAL DE BELÉM** nas cores azul marinho e amarelo ouro no capô e portas laterais e na traseira lado esquerdo;

1.4 no lado esquerdo o **símbolo do telefone com o número 153** e o layout da **Prefeitura Municipal de Belém**;

1.5 Os números das viaturas serão colocados no teto e lateral e vidro traseiro que serão fornecidos no ato da contratação;

1.6 Na parte dianteira (capô) e traseira (porta malas) terá uma **FAIXA QUADRICULADA** (Símbolo de Policiamento);

1.7 Eventuais dúvidas no posicionamento da adesivação das viaturas poderão ser sanadas no ato contratual na aplicação da plotagem.

1.8 Pequenos ajustes poderão ocorrer na adesivação das viaturas, à critério da CONTRATANTE.

2. INSTALAÇÃO DE PELÍCULA de segurança (transparente/incolor) com controle solar, em todos os vidros do veículo, inclusive no pára-brisas. Instalação de películas fume nos vidros laterais e no vidro traseiro (vigia), conforme legislação. A película deve rejeitar 90% (noventa por cento) ou mais da radiação UV e observar a graduação máxima permitida pela Resolução 254/2007-CONTRAN. A aplicação de tais películas, proporcionado aos ocupantes do veículo proteção da radiação UV.

Disposições Gerais e Documentações:

1. Declaração de que o valor do frete estará incluso no valor do veículo;
2. As despesas com transportes, primeiro licenciamento junto ao **DETRAN/PA**, deslocamentos e entrega do veículo ficará por conta da empresa vencedora do certame licitatório;
3. Os veículos deverão ser entregues devidamente licenciados e emplacados na UF que o veículo será entregue, sendo obrigatório o primeiro emplacamento no Estado do Pará dos veículos a serem adquiridos.
4. **Cada veículo deverá vir acompanhado de 01 (um) manual e 01 (um) catálogo de peças.**
5. Todos os veículos deste item deverão ser entregues de acordo com o especificado neste Termo de Referência, ficando a empresa vencedora responsável por qualquer ônus ocasionado por falha na instalação dos mesmos.

ANEXO II LAYOUT DOS VEÍCULOS



**Guarda
Municipal**



BELÉM
PREFEITURA
CAPITAL DA AMAZÔNIA



GOVERNO FEDERAL



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

